



SAÚDE MENTAL E MATERNIDADE: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES COM DIAGNÓSTICO PSIQUIÁTRICO

Eixo Temático 25 – Mulheres e Maternidades / AXIS 25 – Women and Motherhoods (Online)

Tahiana Meneses Alves¹

RESUMO

O trabalho aborda a relação entre saúde mental e maternidade a partir das experiências de mulheres com diagnóstico psiquiátrico. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e que utilizou como principal técnica de coleta de dados a entrevista de história de vida com mulheres em tratamento em equipamentos de saúde mental no nordeste do país. Tem como suporte analítico a Teoria da Reprodução Social, perspectiva feminista marxista que aponta para a unidade entre relações de classe, raça, gênero e sexualidade sob a totalidade capitalista. Cabe, sobretudo às mulheres, a realização do trabalho reprodutivo, o que inclui a maternidade. Foram verificadas diversas situações como: ser mãe solo, o aborto, o não desejo de engravidar, a “negligência” e a agressividade maternas, a impossibilidade de amamentar, a adoção “à brasileira”, a relação conflituosa com os filhos e o medo de os filhos serem mortos.

Palavras-chave: Saúde Mental; Maternidade; Mulheres; Sofrimento Mental

INTRODUÇÃO

O estudo tem por objetivo analisar as experiências de mulheres com diagnóstico psiquiátrico acerca de suas vivências com a maternidade. Consideramos que o sofrimento vivenciado por cada sujeito é apenas a aparência imediata de um fenômeno

¹ Assistente Social (UFPI). Doutora em Sociologia (UMINHO) e Doutoranda em Serviço Social (UFRJ). Professora Adjunta do curso de Serviço Social (UECE), tahiana.meneses@uece.br;



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero e Saúde



mais complexo que engloba determinações de sustentabilidade e gênero na totalidade capitalista. Entendemos que tantas pessoas em sofrimento vivenciam uma violação extrema dos seus direitos (moradia, trabalho, educação, saúde, liberdade, segurança, sofrem com uma série de discriminações no cotidiano etc.).

O estudo se justifica pelo fato de que o campo da saúde mental, apesar de já reconhecer os diversos elementos que determinam o processo saúde-doença, ainda é hegemonizado pelos saberes-fazer *psi*. A partir de uma perspectiva qualitativa, tem como compromisso contribuir para um maior entendimento sobre como a sociabilidade capitalista, nas suas relações de exploração e opressão, potencializa o sofrimento mental.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa e teve como procedimentos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica proporcionou uma aproximação com o objeto de estudo a partir de fontes bibliográficas. Foram selecionados artigos de periódicos, livros, capítulos de livros, ensaios, teses, dissertações, anais de eventos, entre outros documentos de pesquisa.

A pesquisa de campo foi realizada num hospital psiquiátrico do estado do Ceará. Foram utilizadas entrevistas de histórias de vida e formulários de caracterização socioeconômica. O estudo foi aprovado pelo Centro de Estudos, Aperfeiçoamento e Pesquisa (CEAP) do Hospital de Saúde Mental de Fortaleza (HSM) e pelo Comitê de Ética do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com o parecer de nº 6.567.146.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Teoria da Reprodução Social (TRS) oferece uma compreensão unitária das relações de exploração e opressão sob o modo de produção capitalista. Na sua versão revitalizada no século XXI, no interior do feminismo marxista, recupera o método do materialismo histórico-dialético na compreensão da sociedade capitalista enquanto totalidade de relações de exploração e opressão.



A TRS insiste na relação entre produção de valor e reprodução da vida (de seres humanos) na reprodução mais ampla do sistema capitalista. Conforme Carduz et al (2022), na TRS, o capitalismo não se reduz a um conjunto de leis econômicas e tampouco se relaciona com o racismo ou o sexismo como se estes fossem sistemas autônomos. As relações de opressão (raça e gênero) são simultaneamente objetivas e subjetivas, pois são produzidas pelos seres humanos ao longo da acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, os produzem enquanto sujeitos e moldam suas subjetividades. Segundo Moraes (2021), a TRS preza por uma ontologia integrativa na análise da relação entre singularidade, universalidade e particularidade sob a chave da totalidade social, que nos faz entender que “o capital é uma relação social na qual o modo de produção da vida está subordinado ao seu incontável impulso pela valorização do valor que tenta a todo custo mercantilizar tudo e a todos, expropriando e subsumindo corpos e mentes à sua racionalidade própria” (Ruas e Alencar, 2021, p. 320).

Para produzir sob o jugo do capital, a força de trabalho precisa ser cotidiana ou geracionalmente reposta. O que é necessário para perpetuar a força de trabalho? Marx traz algumas pistas para o entendimento de como isso ocorre. Algo que fica explícito é que a própria força de trabalho (para realizar trabalho do tipo produtivo, por exemplo) necessita do amparo de outras formas de trabalho para continuar a existir. A TRS argumenta que o trabalho humano age de maneiras contraditórias e co-constitutivas, realizado por uma diversidade de pessoas, com corpos distintos, em locais extremamente variados e a partir das mais distintas atividades que possuem relevância diversa para o capital (Arruzza; Bhattacharya, 2020; Bhattacharya, 2023). Não há hierarquia real entre as esferas produtiva e reprodutiva, embora, na aparência das relações de classe capitalistas, o trabalho produtivo assalariado seja mais valorizado e visível em detrimento do trabalho de reprodução social, subvalorizado e, muitas vezes, sequer considerado trabalho e, conseqüentemente, não remunerado.

No sentido da TRS, a reprodução social diz respeito aos trabalhos que envolvem tarefas, atividades, atitudes, emoções que, fora das relações diretas de produção, propiciam as condições de subsistência diária e renovação geracional da classe trabalhadora. Podem ser trabalhos assalariados ou não, mas acontecem, sobretudo, sob a forma de trabalho doméstico não remunerado no âmbito dos lares



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero e Saúde Sexual e Reprodutiva



familiares e da maternidade. Com essas mulheres, a economia capitalista pega carona nessas atividades de provisionamento, cuidado e interação responsáveis pela produção e manutenção de laços sociais, mesmo que elas não lhes gerem valor monetário.

Badinter (1993) relata como esse processo se deu em sociedades industriais a partir do século XIX imprimindo novas características às famílias. Muitos homens foram convocados a passar o dia fora de casa trabalhando em fábricas, minas e escritórios, isto é, na esfera pública e profissional. Muitas mulheres ficaram cuidando da casa e dos filhos, por sua vez, na esfera privada. A elas foi relegado o dever da reprodução social. Em termos ideológicos, seja por conta de um “sacrossanto instinto materno” (na França) ou de uma “pureza moral da mãe” (nos Estados Unidos), elas ficaram responsáveis pela nutrição, educação e instrução dos filhos.

Isso também se deu no Brasil, apesar de suas particularidades enquanto formação social da periferia do capital. Moraes, Roncato e Borrego (2023) destacam o processo contraditório e complexo de construção social que diferencia os sexos e constitui identidades femininas e masculinas. O exemplo mais memorável do ideal de feminilidade (mulher doce, frágil, cuidadosa) é a expressão “bela, recatada e do lar” que corresponde principalmente às mulheres de branca e de classe média e alta. Contudo, a maioria das mulheres, sobretudo as negras e pobres, acumularam o trabalho doméstico com o trabalho assalariado fora de casa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre algumas entrevistadas, o sofrimento é associado com a morte de seus filhos. Fica exposto que não há dor maior. Uma das entrevistadas afirmou que quem cuidava e provia financeiramente a família era o filho falecido. Com a sua morte, essas condições foram abaladas. Ela, uma mulher divorciada, passou a contar apenas com a pensão alimentícia da filha mais nova (menor de idade) e a renda de seu trabalho informal.

As experiências também revelam o sofrimento após um aborto espontâneo. Diversos fenômenos, apenas em parte biológicos e/ou individuais, adquirem novos contornos no movimento da história. O aborto induzido, por exemplo, era uma prática



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



comum desde tempos imemoriais, gênero, saúde e sustentabilidade, com a consolidação do capitalismo em certos territórios, passou a ser representado negativamente por conta de interesses da nova ordem social em torno da reprodução da força de trabalho. O corpo da mulher (e de pessoas que gestam) passou a ser objeto de controle público, embora a responsabilidade pela gravidez e a criação dos filhos se tornaram encargos predominantemente femininos (Matos, 2010).

O aborto induzido foi sugerido pelo parceiro da entrevistada e justificado pelo fato de ele ser ateu e, logo, não ter pendências com a autoridade divina, já que estaria livre da culpa. Também por ser homem, não comungava do mesmo grau de responsabilidade em torno da gravidez. Nessa sociedade, a reprimenda a pais abandonantes ou ausentes não se compara às mães: para os homens, a culpa aparece menos pela questão da “paternidade” em si e mais pela capacidade de prover a família (Zanello, 2018). Para a entrevistada, mulher católica, a percepção do aborto e da gravidez era outra. Se, num primeiro momento, cedeu à pressão do parceiro e fez sexo sem preservativo, depois, prosseguiu com a gestação, mesmo sendo abandonada. Abortou naturalmente. A questão é que, mesmo quando ocorre espontaneamente, o aborto não está livre de determinações morais/religiosas, políticas e ideológicas.

Outro elemento presente nos relatos é a preocupação constante com os/as filhos/as, mesmo quando eles/as são adultos/as. Preocupação com a situação financeira, a saúde, o futuro, os relacionamentos amorosos e de amizades, a sua segurança e proteção. Sobre o “estado de alerta” infinito vivenciado pelas mães, destaca-se o medo de os filhos serem “pegos” ou mortos pela polícia. É o caso de uma entrevistada, uma mulher preta e pobre, que sofre diuturnamente pela filha, outra mulher que vive com um problema renal crônico, enfrenta a pobreza, realiza um trabalho no tráfico de drogas e está num relacionamento abusivo. O seu medo revela a restrição da maternidade para as mulheres negras.

Davis (2016), ao tratar da condição de mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos, comenta como elas, que historicamente trabalharam muito mais que as brancas, eram mercadorias tanto quanto os homens negros. Antes de serem consideradas mães e esposas, eram escravizadas. A ideologia da feminilidade consolidada no século XIX - da mulher como mãe, protetora, dona de casa - estava muito mais para as mulheres brancas. As negras eram “sem gênero”. Não significa que não experimentassem



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero e Cidadania



elementos da ideologia da feminilidade e da sustentabilidade lançaram um nível de respeitabilidade e os benefícios (ainda que duvidosos) enquanto mães como as mulheres brancas. A elas também não se estendia a ideia do “sexo frágil”. No Brasil, a tipificação cultural de pessoas negras é fundamentada em atributos corporais como a força e a resistência (González, 2020). Passos (2023) revela que, desde muito cedo, mulheres negras aprendem a lidar com a violência de modo que são interpeladas a se “acostumar” com a dor num cenário de “guerra às drogas”. Ademais, ficam estigmatizadas como “mães de bandidos”.

Também sobre a barreira ao exercício da maternidade, uma entrevistada vivenciou a impossibilidade de amamentar por ordem médica de um psiquiatra, endossada pelo ex companheiro. Davis (2016) comenta que, durante a escravidão nos EUA, mulheres negras não eram dispensadas de trabalhar quando grávidas ou após dar à luz. A violência era escancarada: algumas só não apanhavam mais para não matar a criança (potenciais força de trabalho no futuro) e outras acumulavam leite nos seios. No Brasil, a amamentação foi uma das formas de amor construídas pelo discurso higienista com o objetivo de converter as mães ao modelo de maternidade necessário ao nascente capitalismo que visava a grandeza da nação: aquela que não amamentasse era considerada desnaturada e equiparada a uma fera. Além de proteger a vida das crianças, a amamentação regulava a vida das mulheres (Costa, 1999 [1979]). A entrevistada, que sofreu violência obstétrica no pós-parto, precisou descartar o leite produzido pois fazia um tratamento medicamentoso, a contragosto, devido à depressão. O contraditório - e ela rememora isto - é que no âmbito do SUS são disseminadas peças publicitárias incentivando o aleitamento materno. Como afirma Zanello (2018), este tipo de publicidade costuma divulgar mulheres felizes, penteadas, maquiadas e com expressões faciais que aparentam satisfação e contentamento ao amamentar: a verdadeira imagem da mulher-mãe. Mas para quais mulheres? Para a entrevistada, a autoridade médica se pôs como “neutra” e “racional”, mas esteve baseada em critérios de classe, raça e gênero, e em nenhum momento considerou os seus apelos. Faz lembrar as mulheres negras escravizadas que foram amas-de-leite dos filhos das senhoras brancas, mas, por vezes, não tinham disponibilidade para amamentar os próprios filhos.

As mulheres mães também associaram o seu sofrimento com o mau relacionamento com os/as filhos/as, apesar de todo o amor que dedicam a eles/as. O



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Saúde e Sustentabilidade



ideal é que o sacrifício da mãe baseada no reconhecimento social, inclusive por parte dos filhos. A falta de reciprocidade, portanto, é vista por algumas como elemento fragilizador de sua saúde. Como informa Zanello (2018), antes da consolidação capitalista, nem a maternidade tinha tanto valor nem era exercida da forma como vemos hoje. O Dia das Mães, por exemplo, é uma invenção do começo do século XX extremamente importante para o comércio e embora tenha sofrido algumas alterações segue reforçando os estereótipos em torno do que é ser mãe e do que é ser filho.

Há uma particularidade nos relacionamentos conflituosos entre mães e filhas quando as primeiras entregaram as segundas aos cuidados de outrem. É uma “adoção à brasileira”, que é quando os genitores entregam os filhos a outra família sem que haja um trâmite formal sob a tutela do Estado, prática comum sobretudo em décadas passadas quando ainda não tinha sido regulamentado o Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas o que na aparência parece estar restrito a uma relação interpessoal revela as desigualdades sociais impostas a tantas mulheres, sobretudo as negras: pobreza, falta de suporte familiar e abandono pelo parceiro quando descoberta a gravidez. Zanello (2018, p. 144) afirma: o amor materno, sustentado ideologicamente como algo espontâneo, “o maior amor de todos”, “trouxe como contrapartida, de um lado, o sofrimento de mulheres cuja relação com a maternidade não se traduzir nesses termos [...] e de outro, o *looping effect* dos ‘traumatizados’ por não terem tido como cuidadora principal a mãe biológica, ou por ela não ser uma mãe ‘propaganda Doriana’”. Por outro lado, Zanello (2018) informa que certos grupos trazidos da África para serem escravizados possuíam tradições diferentes quanto a formas de cuidado com as crianças. Apesar de sua diversidade, a maternidade não era compreendida de modo “mãe-cêntrico”, na pessoa da mãe biológica, mas socializada com outras mulheres numa perspectiva bem diferente da de uma cultura ocidental e individualista.

Outra repercussão de ser pobre, negra e mãe solo é a do trabalho sexual. Na ausência de suporte por parte do genitor de sua filha, da família e do Estado, uma entrevistada precisou recorrer ao sexo como moeda de troca. Seus encontros com homens ocorriam de forma “independente”, sem o intermédio de qualquer estabelecimento, mas nem por isso deixam de caracterizar uma atividade precária. Ela sofreu com um duplo estigma: o de ser “mãe solteira” e prostituta, alternativa sugerida



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



pelo próprio pai. Lélia Gonzalez (2006) analisa a situação da juventude negra brasileira e suas formas de sobrevivência sob a hegemonia do capital monopolista entre fins e o pós-ditadura. Para jovens negras, a prostituição é uma dessas estratégias de sobrevivência sustentada por uma ideologia que coloca as mulheres negras como naturalmente “fáceis”, “disponíveis” e “boas de cama”. Mas tal ideologia tem fundamento no estupro de mulheres negras ainda durante a Escravidão.

Como visto até aqui, as mulheres mães sofrem tentando cumprir um ideal de maternidade a elas imposto, porém, inalcançável diante de suas condições de vida e pertencimentos sociais. A maioria é mãe solo e negra, algumas tendo sido abandonadas antes mesmo do nascimento dos/as filhos/as e em meio à pobreza extrema. Ou seja, como no estudo de Xavier e Zanella (2018), diferente da maternidade, que deve ser sustentada a qualquer custo, a paternidade acontece sobretudo pelo relacionamento amoroso: se o relacionamento é rompido, os homens rompem com as mulheres-mães e os filhos.

Em contrapartida, há aquelas mulheres-mães que romperam abertamente com o ideal da maternidade e, por isso, foram submetidas à culpa e/ou à punição. Mesmo sem a intenção, algumas não cumpriram com o papel de protetora em relação aos filhos, o que lhes gerou uma culpa profunda. Em outras situações, foram perpetradoras diretas de violência contra os filhos e isto foi lido por familiares, por serviços de saúde e por elas mesmas como um sintoma psiquiátrico. A agressividade é um comportamento socialmente inesperado por parte de mulheres, ainda mais quando direcionada aos/às filhos/as. Algumas foram internadas após estes episódios. Mas o que pode ter havido por trás dessas manifestações agressivas? E as violências que elas próprias sofreram ao longo de suas vidas? Diante disso, muitas mulheres são submetidas a processos de psiquiatrização e judicialização. Concordamos com Xavier e Zanella (2018) quando sustentam que, sem ter a intenção de justificar qualquer comportamento prejudicial contra os filhos, é necessário investigar se a agressividade ou a negligência não são determinadas também por uma série de opressões, sofrimentos, desqualificações e abandonos vivenciados pelas mulheres.

Houve situações em que as mulheres até tiveram o desejo de ser mães, mas não o manifestaram como um instinto natural. Sentiram medo e contrariaram a ideia de que uma mãe “nasce pronta”. Isso, por sua vez, gerou cobranças por parte de pessoas



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero e Saúde e Sustentabilidade



próximas. Conforme Zanello (2016), as mulheres estão da maternidade ou possuem ambivalências quanto ao seu exercício, mas elas dificilmente são ouvidas sem julgamentos morais ou críticos. É preciso diferenciar o procriar, o amar e o cuidar, que até podem estar associados, mas são coisas distintas. A capacidade de procriar não torna uma mulher apta a cuidar e nem a amar suas crias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é a experiência de ser mãe negra e pobre numa formação social como o Brasil, de lastros coloniais e escravocratas? Apesar de o ideal de maternidade, reforçado a partir da consolidação do capitalismo, ser colocado para todas as mulheres, elas o vivenciam de forma particular a partir de suas condições concretas de vida e trabalho. O campo da saúde mental no país não pode desconsiderar estas particularidades na formulação, execução e avaliação de políticas. Considerar a relação entre o sujeito e o corpo social constitui princípio da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Outubro*, n. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf.

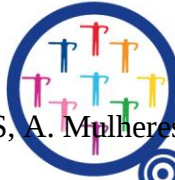
ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. Teoría de la Reproducción Social. Elementos fundamentales para um feminismo marxista. *Archivos*, año VIII, nº 16, marzo de 2020 – agosto de 2020: 37-69. Disponível em <https://www.archivosrevista.com.ar/numeros/index.php/archivos/article/view/251/244>.

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BHATTACHARYA, T. *Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global*. In: BHATTACHARYA, T. (Org.). *Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.

CARDUZ, C. et al. Apresentação das tradutoras. In: VOGEL, L. *Marxismo e opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

COSTA, J. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999 [1979].

- 
- IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade**
- V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro, Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Desenvolvimento.
- DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Pótema, 2005.
- FRASER, N. Crise do cuidado? Sobre as contradições socio-reprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: BHATTACHARYA, T. (Org.). *Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.
- GONZÁLEZ, L. *Por um feminismo afro latino americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- MATOS, M. *A criminalização do aborto em questão*. Coimbra: Almedina, 2010.
- MORAES, L. Relação entre universal, particular e singular em análises feministas marxistas: por uma ontologia integrativa. *Plural*, 28(2), 132-158. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/184118>.
- MORAES, L.; RONCATO, M.; BORREGO, A. *A revolução será feminista! Aportes para lutas estratégicas da classe trabalhadora contra o capital*. Marília: Lutas Anticapital, 2023.
- PASSOS, R. *Na Mira do Fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão*. São Paulo/Porto Alegre: Hucitec Editora, 2023.
- RUAS, R. Contribuições para Teoria da Reprodução Social para o debate contemporâneo sobre as opressões. *Marx e o Marxismo* v.7, n.13, jul/dez 2019. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/340>.
- RUAS, R.; ALENCAR, T. Para uma análise inicial dos impactos do ultraneoliberalismo brasileiro sobre a reprodução social. *RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade*, Vol. 6, nº 10, p. 317-338, jan.-jun./2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/353047829_Para_uma_Analise_Inicial_dos_Impactos_do_Ultraneoliberalismo_Brasileiro_sobre_a_Reproducao_Social.
- XAVIER, A.; ZANELLO, V. Ouvindo o inaudito: mal-estar da maternidade em mães ofensoras atendidas em um CREAS. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 52, p. 1-23, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2018.e57051>.
- ZANELLO, V. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetividade*. Curitiba: Appris, 2018.